

Projeto omnia: a comunidade social dos telecentros da Catalunha

Omnia project: the social community telecentres in Catalonia

Bruno Fuser

Professor da PUC-Campinas, nos cursos de mestrado em Ciência da Informação e de graduação em Jornalismo

E-mail: bfuser@puc-campinas.edu.br

Resumo

Apresentamos neste artigo uma análise preliminar do projeto a ser realizado de fevereiro de 2005 a janeiro de 2006, em nível de pós-doutoramento, na Universidade Autônoma de Barcelona, com o objetivo de avaliar a experiência da Catalunha na implantação dos telecentros, um equipamento público para prevenir e combater a exclusão digital. A preocupação principal é estudar a dimensão educativa da ação realizada pelos agentes de mediação entre os usuários e os equipamentos. O presente trabalho é realizado com apoio do CNPq, uma entidade do governo brasileiro voltada ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Palavras-chave: Inclusão informacional; Novas Tecnologias da Comunicação e Informação; Economia e política da informação

Introdução

Na Catalunha, foi criada, a partir de 1999, a Rede de Telecentros dessa comunidade autônoma, que em maio de 2004 chegou a ter mais de 300 pontos de conexão gratuita nas 41 comarcas catalãs. Criada pelo Projeto NODAT - Rede de Telecentros da Catalunha, a iniciativa integrava-se ao Plano Estratégico 1999-2003 da Secretaria de Telecomunicações e Sociedade da Informação, do Departamento de Universidades, Pesquisa e Sociedade da Informação (DURSI). O Projeto NODAT define telecentro como “local para acesso público e assistido à Internet” e assinala que os mesmos serão atendidos por tutores “que assumirão o papel de ajuda ativa aos usuários”. Entre os objetivos da iniciativa estão:

(...) facilitar o acesso à Internet à população catalã evitando o risco de fratura digital de maneira a garantir o equilíbrio territorial e a coesão social. (...) Para evitar excluir alguns grupos sociais da Sociedade da Informação (...) será priorizada a instalação de

telecentros em regiões empobrecidas com riscos de marginalização (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2001; trad. nossa).

No Plano Estratégico para Desenvolvimento da Sociedade da Informação na Catalunha, de 1999, uma das ações refere-se justamente ao fomento dos pontos de acesso público à Internet: “A Biblioteca será o ponto de referência para o acesso à informação na era digital, isto é, para as consultas e apresentação de pedidos de pesquisa de informação e suporte à navegação, e também para acessar a Internet” (GENERALITAT DE CATALUNYA, 1999; trad. nossa).

Entre as ações propostas está a implantação da Internet em todas as bibliotecas públicas e a criação de 500 outros espaços públicos de acesso até 2003 – também em centros comunitários e outras instituições –, com ações especiais nas comunidades em situação de risco de marginalização. Há ênfase não apenas

em ações de acesso à Internet, mas também de caráter educativo – alfabetização tecnológica da população –, e de criação de um catálogo coletivo interbibliotecas, com ações de digitalização progressiva de conteúdos.

O Plano traz detalhamento de ações a serem desenvolvidas em cada uma das comarcas e respectivos municípios da Comunidade Autônoma da Catalunha, apresentando os equipamentos públicos em que os telecentros devem ser instalados (quase sempre bibliotecas ou espaços próprios para os telecentros, a serem montados), o número de computadores (para que seja atingida a meta de um computador conectado à Internet para cada 2.000 habitantes) disponíveis.

Contexto informacional e dimensão educativa

As estratégias adotadas na Catalunha para o combate à exclusão digital e social se revestem de importância especial, quando verificamos que nessa Comunidade Autônoma se concentra alta taxa de população imigrante espanhola, com baixa renda e nível de escolarização. Na Catalunha, o quadro de fratura digital se percebe ao verificarmos, por exemplo, que 65,4% da população acima de 15 anos não é usuária da Internet. Dados de pesquisa realizada em 2002 destacam que, enquanto na faixa de população de mais alta renda a proporção de usuários é de 63,8%, chega-se a 53,7% nos lares de rendimentos médios e somente a 15,4% naqueles de rendimentos baixos (CASTELLS et al., 2003, p. 85). Por faixa etária, a distância entre parte significativa da população da Catalunha e as NTCI é ainda mais intensa: entre as pessoas com 50 anos ou mais, apenas 8,4% são usuárias da Internet. E as pessoas com mais de 50 anos, e de rendimentos baixos, se encontram na extremidade inferior

de uso da Internet, com 2,2% (CASTELLS et al., 2003, p. 113).

Como a esperança de vida na Catalunha é muito alta, o peso relativo dos grupos populacionais com menos educação continuará sendo considerável durante muito tempo. Isto significa que o desenvolvimento da sociedade em rede na Catalunha passa por iniciativas públicas ou privadas que elevem o nível educativo e a familiaridade com o novo entorno tecnológico dos grupos de idade madura e avançada. (...) Trata-se de um processo de requalificação da força de trabalho que, a partir dos 40 anos, está pouco familiarizada, majoritariamente, com os usos da Internet e, portanto, com as formas organizativas e de processamento da informação de uma economia do conhecimento (CASTELLS et al., 2003, p. 256; trad. nossa).

No Brasil, a Internet se consolida, mas o contexto é, em geral, também de grandes contrastes. Em janeiro de 2003, o Brasil era o 4º país em tempo médio de navegação em residências (com acesso), com 11 horas e 9 minutos, atrás apenas dos EUA, do Japão e de Hong Kong. A Espanha aparecia em 9º lugar, com 9 horas e 47 minutos. Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil colocam o país em 8º lugar em termos de número de *hosts*. Em termos percentuais internos de acesso à Internet, no entanto, a situação é bem diferente: segundo a ONU - Organização das Nações Unidas, apenas 8,22% da população brasileira tinha acesso à rede em 2002, ficando em 77º lugar, atrás, na América Latina, do Chile, de Porto Rico, do Uruguai, da Guiana, da Costa Rica, de Trinidad e Tobago, do Peru e da Argentina. A Espanha aparece nesse estudo com 15,63% da população com acesso à Internet e, em número de *hosts*, em 18º lugar.

A escolha por se centrar o estudo,

inicialmente, nas estratégias pedagógicas que adotam os telecentros permitirá, em tese, que se verifiquem as concepções de formação do usuário em novas tecnologias de comunicação e informação implícitas na estratégia adotada pela Generalitat da Catalunya. A ênfase na integração dos telecentros com escolas e bibliotecas mostra a preocupação de inserir tais equipamentos públicos de acesso às NTCI, na Espanha, em um contexto de ações educativas e de ação social que têm perspectivas que transcendem a inclusão digital. A perspectiva que desenvolveremos aqui, como parte da pesquisa, é a lógica educativa que se desenvolve em tais equipamentos públicos.

Nesta perspectiva, destaca-se a observação de Mercado (2000), que defende o desenvolvimento de projetos colaborativos em ambientes telemáticos:

O professor crítico-reflexivo de sua prática trabalha em cooperação com os alunos na construção do conhecimento, assumindo atitude de pesquisador, levantando hipóteses, realizando experimentações, reflexões, buscando validar suas experiências (MERCADO, 2000).

Lacerda (2004) assinala outros aspectos a serem considerados nos estudos de telecentros, como o papel dos monitores na mediação de como se dá a apropriação das informações pelos usuários. O mesmo pesquisador também levanta a reflexão de que “muitas políticas de inclusão digital acabam significando em sua realização ações de imposição cultural, norteadas por uma ‘política bipolar’, em que *recusas* ou *apropriações desviantes* são vistas como ‘fracasso’”. É ainda Lacerda (2004) que recupera pesquisa sobre as práticas dos usuários de infocentros do Programa ACESSA São Paulo, em

que se busca estudar a

(...) relação entre a organização do espaço social pelo Estado e as práticas cotidianas dos usuários na tentativa de compreender a reação dialética entre os lugares organizados pelas estruturas de poder, sem movimento, e o espaço dinâmico (lugar praticado) articulado pelas práticas cotidianas nos infocentros do Estado de São Paulo (LACERDA, 2004, p. 4-5).

Outra referência essencial na análise da prática pedagógica nos telecentros será aquela proveniente do campo da educação e comunicação, também denominado educomunicação. Entendemos que os mediadores entre as NTCI e a população podem ser analisados como educadores. Segundo Soares (ca. 2000), estes são, no contexto latino-americano,

coordenadores e agentes culturais, facilitadores da ação de outras pessoas (professores ou alunos), preocupados em que estes possam elaborar os materiais a partir de suas necessidades e interesses, tornando-se eles próprios produtores do conhecimento. Denota-se uma preocupação com a democratização do acesso à informação, utilizando-se a atuação profissional como meio para a formação de valores solidários e democráticos, para a transformação do ambiente em que vivem. (SOARES, ca. 2000)

Diz ainda o mesmo pesquisador que entre os valores educativos que dão suporte às articulações de tais profissionais destacam-se: “a) a opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social” (SOARES, ca. 2000).

As considerações de Soares, em grande parte, incorporam aqueles que, segundo a Unesco, devem ser os quatro pilares da educação no 21º milênio: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender. Delors (2003), que relatou as discussões e recomendações da Unesco, destaca cada um deles: “Aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer; aprender a conhecer”.

A respeito dessas recomendações da Unesco, Mercado (2002) assinala:

Estas aprendizagens caracterizam um novo paradigma para a educação, em que o aprender passa a ocupar o centro das preocupações e a aprendizagem ganha novo significado, deixando de ser vista como a simples aquisição e acumulação de conhecimentos, em que a transmissão de informações adquire papel relevante; a aprendizagem é agora concebida como um processo de apropriação individual que, embora utilize as informações, o faz de forma totalmente diferente, pois supõe que o próprio educando vá buscá-las, saiba selecioná-las de acordo com suas próprias necessidades de conhecimento (MERCADO, 2002).

Tal “novo paradigma” já encontrava diversos pontos de intersecção com o pensamento de Paulo Freire, que criticou veementemente o que denominava de educação “bancária”, na qual “o educador é o que atua: os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador: o educador escolhe o conteúdo programático, os educandos, jamais ouvidos nessa escolha, se acomodam a ele” (FREIRE, 1975b, p. 68).

Em Freire (1975a), encontramos também aquelas que são, para nós, importantes referências sobre a dimensão dialógica de que se reveste

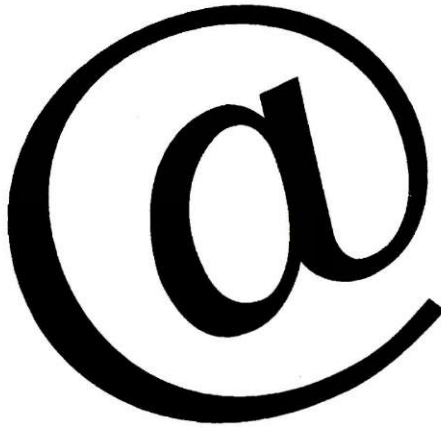
a comunicação, sob pena de se constituir em “extensão”, ausência de diálogo, imposição, “invasão cultural”, na qual “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação” (FREIRE, 1975a, p.41). Assinala o educador: “Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais que o instrumento, é origem da comunicação - a palavra é essencialmente diálogo” (FREIRE, 1975b, p.12). Ou, ainda: “Ser dialógico é vivenciar o diálogo, é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 1975a, p. 43).

Gómez (ca. 2000), em suas reflexões sobre a teoria da informática na educação à luz de Paulo Freire, destaca:

O esquema comunicativo básico, na relação educador-educando, é uma relação social igualitária, dialógica, que produz conhecimento. A comunicação é a relação que se efetiva pela co-participação dos sujeitos no ato de conhecer. [...] Na relação educador-educando deve-se privilegiar a responsabilidade mediadora do professor. Ou seja, sua capacidade de mediar o educando e o computador, gerenciando democraticamente a complexa rede propiciada pela informática. (GÓMEZ, ca. 2000).

Os telecentros da catalunha e o projeto omnia

No final de julho de 2005, encerramos a fase de coleta de dados sobre os telecentros, seja material bibliográfico, seja material constituído por entrevistas que descreveremos mais adiante. Embora ainda nos encontremos em fase de análise dos dados, algumas



interpretações, todavia, já podem ser desenvolvidas e apresentadas, à guisa de uma reflexão inicial que continuará a nortear a pesquisa.

Em primeiro lugar, percebe-se que aquelas que eram considerações gerais — e até mesmo genéricas — no Projeto NODAT começam a ganhar corpo. Cria-se claramente uma política de descentralização na implantação dos telecentros. Assim, na plataforma virtual criada para implantação do Projeto NODAT, a Xarxa365, a Generalitat destaca:

A Rede de Telecentros da Catalunha é uma iniciativa do Pacto Institucional para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação nas administrações públicas catalãs, aprovado pelo Parlament de Catalunya em 23 de julho de 2001. *Embora o projeto seja liderado pelo Departamento de Universidades, Pesquisa e Sociedades da Informação, as diferentes iniciativas (ou tipos de telecentros existentes) pertencem a outros departamentos da Generalitat de Catalunya, assim como às administrações locais (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2005; gr. e trad. nossa).*

A Rede de Telecentros da Catalunha busca unificar a dotação

de maquinário e de programas entre os diferentes tipos de pontos públicos de acesso à Internet e às NTCI, essencialmente voltados para aulas digitais (centros educativos públicos, como de educação primária, os CEIPs; secundária, os IES, e de formação de adultos) e os telecentros propriamente ditos (pontos Omnia, bibliotecas públicas, centros de teletrabalho, centros públicos de Internet, entre outros).

Esses telecentros (que em dezembro de 2004 chegavam a 427) dividem-se fundamentalmente em três categorias, denominadas “comunidades”: os da comunidade de “teletrabalho”, aqueles da comunidade de “cidadania” e, finalmente, os da comunidade “social”.

Os primeiros, em menor número, têm por objetivo oferecer as NTCI à população das zonas rurais de montanha da Catalunha, com ênfase ao desenvolvimento de trabalho a distância para usuários em geral e, especialmente, para micro e pequenos empresários (tais telecentros são também chamados de “infocentros” e somavam 29, em julho de 2005). Os da comunidade de “cidadania” formam uma grande rede, dispersa, constituída essencialmente pelas bibliotecas públicas da Catalunha, mais de 300, nas quais se pode navegar na Internet gratuitamente, mas sem atividades organizadas ou orientação ao usuário. Finalmente, a comunidade “social”, constituída pelos pontos Omnia, que têm por finalidade principal combater a fratura existente no acesso às NTCI, privilegiando as populações com risco de exclusão digital. Em função de ter tal objetivo mais claramente delimitado e também por ser a parte da rede de telecentros que se formara há mais tempo nessa perspectiva, a escolhemos como principal foco dos nossos estudos, embora sem deixar de lado totalmente as demais comunidades, até porque verificou-se,

no estudo preliminar das referidas categorias, que por vezes os objetivos de uma e outras mostravam-se redundantes.

No processo de implantação das diversas comunidades de telecentros, a Generalitat passa a atribuir fortemente a instituições da sociedade civil o papel de intermediadoras entre a política do Estado e os cidadãos. Assim, a formação dos mediadores entre a população usuária dos serviços dos telecentros e os equipamentos ali presentes é, em 2004, atribuída a uma ONG, a Associação para Jovens TEB, que coordena o projeto Omnia. Tal projeto tem várias vertentes, sendo a principal delas a criação dos pontos Omnia, espaços públicos de acesso às NTCL, localizados nas chamadas entidades gestoras, que são bastante diversificadas: podem ser desde espaços que pertencem à própria Generalitat, espaços municipais (dos “ajuntaments”), de conselhos comarcais, de associações de moradores, de ONGs, ou ainda escolas de formação de adultos e presídios. É também ao TEB que se atribui a responsabilidade de formação dos agentes que trabalharão nos telecentros, sejam pontos Omnia ou não. Esses agentes, significativamente, não mais se denominam tutores, como originalmente no Projeto NODAT, e sim “dinamizadores”.

Os princípios do projeto Omnia são a universalização do acesso às NTCL, a co-responsabilidade (com o centro gestor e a comunidade do entorno), a participação da comunidade e a transversalidade, de forma a permitir que todas as ações converjam e revertam em formação, inserção social e laboral e em participação da comunidade. As linhas de atuação giram, também, em torno do mesmo eixo: uso comunitário, inserção social e laboral e formação. Entre os seus objetivos estão:

Favorecer as relações interpessoais, assim como a vinculação das pessoas da comunidade; desenvolver as habilidades e as capacidades pessoais e ocupacionais dos usuários através do acesso às novas tecnologias e processos de formação e reciclagem; impulsionar a ação coordenada entre o mundo associativo, o voluntariado, entidades gestoras sem fins lucrativos e a ação institucional, somando esforços de forma territorializada; dinamizar as diferentes associações de bairro para que tenham acesso à sociedade da informação, para que possam melhorar suas atuações e participar na prevenção e luta contra a exclusão social; promover e reforçar as redes existentes para favorecer a coesão social (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2004, p. 4-5).

Coordenada pela Associação TEB, o projeto Omnia faz parte, portanto, de uma série de iniciativas da Generalitat da Catalunha de combate à fratura digital. É, formalmente, um projeto interdepartamental da Generalitat; ao Departamento de Bem-Estar e Família, por meio da Diretoria Geral de Atuações Comunitárias e Cívicas, pertence a direção social e pedagógica; ao DURSÍ - Departamento de Universidades, Pesquisa e Sociedade da Informação, corresponde a direção técnica, e é a esse órgão que compete a compra de equipamento e a implantação e gerenciamento dos *websites* da Xarxa365, da qual o projeto Omnia faz parte.

O dinamizador, ou dinamizadora, é a principal referência de cada telecentro. Junto com as entidades gestoras, tem a responsabilidade de desenvolver o projeto no território em que se localiza, dinamizando, assim, o entorno social em que se situa,

partindo das suas características e necessidades próprias mas respeitando a filosofia, princípios, objetivos e linhas de atuação que marcam a Diretoria Geral de Atuações Comunitárias e Cívicas do Departamento de Bem-Estar e Família da Generalitat (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2004, p. 4).

Dotado de perfil em que as capacidades pedagógicas e socioeducativas estejam acompanhadas de conhecimentos de informática, os dinamizadores devem ter

um bom conhecimento da área territorial em que trabalham tanto para fazer com que o projeto seja um serviço a mais da região, como para incentivar a participação dos cidadãos, grupos, entidades e serviços, e também para cooperar com outros agentes sociais quando seja necessário (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2004, p. 4).

No primeiro curso básico de formação de dinamizadores, de novembro a dezembro de 2004, ministrado pela Associação para Jovens TEB, inscreveram-se dinamizadores de 173 telecentros, entre os 427 da Rede de Telecentros da Catalunha. Com 10 horas, teve por objetivo dotar os dinamizadores dos telecentros de uma formação condizente com o projeto Omnia. De janeiro e março de 2005 se desenvolveu-se o segundo curso, de 20 horas, dando continuidade ao primeiro. Novidade: o curso incluiu a elaboração de um projeto ou atividade através da Internet e os melhores seriam premiados nas categorias “inovação”, “comunidade” e “em rede”. Os telecentros ganhadores receberiam um *data show*, e o respectivo dinamizador, um computador portátil.

Responsável pelo Omnia, a entidade TEB iniciou suas atividades

em 1992, a partir de um trabalho com jovens entre 12 e 15 anos que haviam abandonado a escola e passavam os dias nas ruas. O projeto destinava-se a procurar fazer com que esses jovens deixassem a marginalidade e a exclusão social, inicialmente por meio de atividades lúdicas e culturais. A partir de 1995-1996, começou a trabalhar com o uso das NTCI, para que tais jovens não ficassem ainda mais marginalizados, pois não tinham acesso a computadores e muitos sequer possuíam telefone. Em 1999, a entidade deu início ao projeto Omnia, com o objetivo de criar 40 espaços de uso comunitário de acesso às NTCI em bairros marginalizados da Catalunha. Tal projeto já era financiado pela Generalitat. Em 2002, o projeto Omnia possuía 111 pontos, instalados nas diversas entidades gestoras. Hoje (julho de 2005), tal número se mantém, embora inúmeros pontos tenham deixado de existir, sendo, nesse processo (em tese, no curto prazo), substituídos por outros.

O Omnia é o primeiro projeto consolidado de formação dos agentes que atuam nos telecentros, em termos de apoio institucional da Generalitat da Catalunha. O documento da Generalitat, de 2004, que estabelece os parâmetros do projeto Omnia, faz, inclusive, referências, em que a palavra Omnia substitui o termo “telecentro” e é equivalente ao uso comunitário da Internet. No entanto, como os telecentros possuem aquela estrutura descentralizada e formada por outras comunidades, como dissemos anteriormente, buscamos verificar também as características gerais de funcionamento das chamadas comunidades de “cidadania” e de “teletrabalho”.

Assim, foi possível confirmar informação, dada por uma técnica do DURSI, de que nas bibliotecas públicas que formam a comunidade de “cidadania” dificilmente o bibliotecário ou bibliotecária consegue desempenhar a função que

lhe é formalmente atribuída: a de ser o dinamizador daquele telecentro (que ocupa determinado espaço dentro da biblioteca). Os computadores ali instalados servem unicamente para consultas à Internet e gerenciamento de e-mails, pois não há outros programas além do Internet Explorer (e do acesso à rede própria das bibliotecas). Em visita a um centro de teletrabalho, na cidade de Santa Bàrbara, a 190 km de Barcelona, acompanhamos, a convite do DURSI, uma reunião geral dessa comunidade de telecentros, e aí verificamos que, até o momento, as principais atividades desenvolvidas em tais telecentros são constituídas não por atividades de trabalho telemático propriamente dito, mas sim por cursos de formação básica em NTCI, pré-requisito para um eventual e posterior trabalho a distância. As atividades dos telecentros de teletrabalho são, em grande parte, as mesmas dos pontos Omnia: formação para as NTCI, inserção laboral e uso comunitário.

Para a obtenção de dados sobre o projeto Omnia, além de material bibliográfico visitamos e entrevistamos os dinamizadores de 19 pontos Omnia, nas cidades catalãs de Barcelona, Badalona, L'Hospitalet de Llobregat, L'Escala, La Jonquera, Banyoles, Palafrugell, Terrassa, Valls, Sant Adrià de Besòs, Cruïlles, Monells i Sant Sadurni de L'Heure. Incluímos nesses pontos Omnia todas as principais tipologias desse equipamento público, ou seja, aqueles instalados em associações de moradores, em ONGs, em prefeituras (ajuntaments) e em conselhos comerciais (consells comarcals). Entrevistamos também o coordenador da TEB, entidade criadora e que participa da gestão do projeto, além de representantes dos dois órgãos da Generalitat responsáveis por ele: o DURSI e a Diretoria Geral de Atuações Comunitárias e Cívicas, do Departamento de Bem-Estar e Família.

Apenas com três de todos os entrevistados (dinamizadores dos pontos Omnia de La Jonquera, Cruïlles e Banyoles) não foi possível gravar as entrevistas, utilizando-se somente o caderno de campo para sistematizar as informações obtidas. Em todos os demais casos houve permissão para gravar as entrevistas, que estão em processo de transcrição, para sistematização de dados e respectiva análise. Em todos os casos houve registro fotográfico do ponto Omnia e do respectivo entorno. Foi preparado um roteiro básico para realização da entrevista, que se efetuou nos parâmetros preconizados por Morin (1973) como entrevista centrada,

na qual o investigador, após estabelecer hipóteses sobre um tema preciso, deixa que a conversa se desenrole bastante livremente, de maneira a que o entrevistado libere toda sua experiência pessoal sobre o problema que lhe é apresentado (MORIN, 1973, p. 119).

Tais hipóteses preliminares — a política geral para a área das NTCI, as características básicas dos telecentros e as funções a serem desempenhadas pelos dinamizadores — foram fornecidas a partir de pesquisa bibliográfica inicial. Como método de interpretação, utilizaremos a análise categorial temática, proposta por BARDIN (1977) como uma das técnicas de análise de conteúdo. Apresentamos, aqui, apenas considerações feitas ainda em caráter preliminar, com vistas à criação de categorias que permitam a realização da análise de conteúdo. O projeto tem seu encerramento previsto para 31 de janeiro de 2006.

Considerações preliminares

Como reflexões iniciais, à luz das teorias pedagógicas apresentadas anteriormente, percebe-se que a

própria descentralização do processo de implantação da Rede de Telecentros da Catalunha pode ser vista como forma de valorização da pluralidade que deve estar presente na educação contemporânea, segundo os preceitos da Unesco.

No projeto Omnia encontramos, também, diversos elementos que apontam para uma intersecção com os valores de uma educação que conte com a cooperação entre professor e alunos na construção do conhecimento, com processos de comunicação abertos e participação interpessoal. Essas questões são, aliás, explicitamente citadas no referido projeto.

Mas há também incógnitas e ressalvas. Para que o projeto respeite de fato as diferenças da comunidade e estabeleça uma relação dialogal é preciso que os limites por ele mesmo estabelecidos não comprometam tais objetivos. Ao afirmar que se partirá das características e necessidades próprias da comunidade, “mas respeitando a filosofia, princípios, objetivos e linhas de atuação que marcam a Diretoria Geral de Atuações Comunitárias e Cívicas do Departamento de Bem-Estar e Família da Generalitat”, o projeto pode reconhecer limitações cuja amplitude há que se verificar. Em vários casos, os dinamizadores estabelecem, ainda, limites por conta própria. É deles que parte, por exemplo, a diferenciada iniciativa de permitir ou não o acesso a programas para baixar arquivos em MP3, ou a determinados jogos eletrônicos. A iniciativa de dar prêmios a projetos ganhadores - instituindo a prática da recompensa pelo que se considera máxima eficiência - e, ao mesmo tempo, criando uma política em que serão mais bem equipados os telecentros que possivelmente já dispõem de melhor estrutura e melhor pessoal (e que por isso ganharam os prêmios) aponta para uma situação de diferenciação técnica entre

telecentros de “primeira” e de “segunda” categoria. Em um ponto Omnia (Jis/Arrels, em L’Hospitalet de Llobregat), a dinamizadora apresentou inúmeros documentos relatando casos de discriminação política e/ou administrativa na contratação e demissão de dinamizadores de outros pontos. Já surgem, também, críticas às formas de remuneração dos dinamizadores, geralmente pagos por meio de contratos precários, sem perspectivas, portanto, de um trabalho continuado. Entrevistamos a dinamizadora de um telecentro que chegou a ficar seis meses fechado (Palafrugell) porque a Prefeitura não renovara o contrato do dinamizador. Tal remuneração cabe aos centros gestores, que possuem, como afirmamos, aquela estrutura descentralizada. Assim, a descentralização é, também, uma forma de o Estado deixar de assumir determinadas responsabilidades, no contexto de privatização que acompanha a implantação do neoliberalismo em todo o mundo.

Assim, uma das limitações do projeto é o próprio marco geral no qual se insere, o Pacto Institucional para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação nas administrações públicas catalãs, aprovado pelo Parlamento da Catalunha em 2001. Os aspectos políticos em que se inserem os telecentros, na sua expansão mundial, têm estreita relação com o movimento de expansão do próprio mercado de informática. Tal perspectiva impõe padrões de implantação bastante diferenciados do que ocorreria no caso de pensarmos nesses equipamentos públicos como a expressão de um direito dos cidadãos. Os marcos de regulação em que se deu a criação das políticas gerais de comunicação e informação da chamada sociedade da informação, tanto na Espanha como no Brasil, em grande medida, ocorreram na perspectiva de criação de novos mercados.

Emili Prado, professor da Universidade Autônoma de Barcelona, destaca que “no campo da cultura e, como consequência, no campo dos meios de comunicação”, a visão relacionada à cidadania se mistura à de mercado, mas aquela é muito mais lenta que esta. Ele ressalta que em países com “estruturas territoriais dentro do próprio Estado, como as comunidades autônomas na Espanha”, é que se dá “o contato direto entre cidadania e política”. Ele aponta ainda que a existência de idiomas diferenciados serve como “barreira em qualquer processo de globalização”, o que acaba conduzindo a um “escasso nível de presença de circulação dos produtos culturais entre os diferentes países da União [Européia]” (PRADO E HAUSSEN, 2003, p. 102-105).

Martín Becerra, professor da Universidade Nacional de Quilmes e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona, é mais contundente, ao apontar que o projeto de implantação da Sociedade da Informação na União Européia não apresenta de maneira significativa preocupações de ordem de valorização da cidadania:

Los indicadores de la distribución regresiva de los beneficios logrados por estas sociedades informacionales en los últimos decenios contradicen los vaticinios sobre el modelo SI (Sociedad de Información) como proyecto de recuperación del bienestar ciudadano. (BECERRA, 2003).

Em artigo publicado pela *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Becerra analisa detalhadamente os principais documentos gerados pela Comissão Européia sobre a Sociedade da Informação (SI) desde 1993 e conclui que “el nivel económico es el verdadero objeto de intervención con la SI” (BECERRA, 1999, p. 45).

Segundo Becerra — que adota a expressão “pay-per society”, “sociedad de pago”, para referir-se à Sociedade da Informação, na medida em que tal modelo, argumenta, necessita, para nutrir-se, do consumo de massa ou do financiamento público —, os documentos referidos aos âmbitos sociais foram em grande parte eliminados pela pragmática neoliberal. As interpretações presentes em documentos da Comissão Européia, relacionados à flexibilização e precarização do trabalho, mostram a idéia de uma sociedade em que os conflitos estão ausentes. O destaque que merece, tanto no Brasil como na Espanha, a construção de unidades de teletrabalho, associadas muitas vezes aos telecentros, é sintomática nesse sentido.

Abstract

In this article we present a preliminary analysis of the project to be undertaken in the February 2005 January 2006 period, at a post doctorate level, in the University Autonom of Barcelona, with the purpose to evaluate the Catalonia experience of Omnia telecenters implementation, a public equipment to prevent and combat digital exclusion. The main focus is to study the educational dimension of the actions undertaken by the agents operating with the users and hardware. The current work is effected with the CNPq support. CNPq is a Brazilian governmental entity sponsoring the scientific and technological development.

Keywords: Informational Inclusion, New Communication and Information Technology; Information Economics and Policy.

Referência

- BARDIN, Laurence. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa : Edições 70, 1977.
- BECERRA, M. (1999) “La vía europea hacia la Sociedad de la Información”. *Rev. Bras. de Ciên. da*

- Com., São Paulo, Vol. XXII, nº 1, jan./jun. 1999.
- BECERRA, M. (2003) *Sociedad de la información: proyecto, convergencia y divergencia*. Buenos Aires : Grupo Editorial Norma, 2003. Disponível em <http://cajaeditora.tripod.com.ar/book0001.html>. Acesso em 27.06.2004.
- CASTELLS et al. (2003) *La societat xarxa a Catalunya*. Barcelona : Rosa Dels Vents / Editorial UOC, 2003.
- DELORS, J. (2003). *Os quatro pilares da educação*. Disponível em <<http://infoutil.org/4pilares/text-cont/delors-pilares.htm>> Acesso em: 27/05/2005.
- FREIRE, P. (1975 a) *Comunicação ou extensão*. Paz e Terra : São Paulo, 1975. 2. ed.
- FREIRE, P. (1975b) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 3. ed.
- GENERALITAT DE CATALUNYA. (1999) *Catalunya en xarxa. Pla estratègic per a la Societat de la Informació a Catalunya*. Abril 1999. Disponível em <http://www.bages.org/xtc/catulyaenxarxa.pdf>. Acesso realizado em 27.06.2004.
- GENERALITAT DE CATALUNYA. (2001) *Projecte NODAT. Xarxa de Telecentres de Catalunya*. Barcelona, 2001. Págs. 4-5. Disponível em: http://www10.gencat.net/dursi/pdf/si/projectes/Presentacio_NODAT-XTC.pdf. Acesso em 27.06.2004.
- GENERALITAT DE CATALUNYA. (2004) Departament de Benestar i Família. Direcció General d'Actuacions Comunitàries i Cíviques. *Projecte Òmia*. Catalunya comunitat civisme. Setembro de 2004. Disponível em <http://www.xarxa-omnia.org>. Acesso em 07.03.2005.
- GENERALITAT DE CATALUNYA. (2005) Què és la Xarxa de Telecentres de Catalunya? Em: <http://www.fesinternet.net/continguts/estatic/fitxa/31>. Acesso realizado em 10/03/2005.
- GÓMEZ, M. V. (ca. 2000) *Paulo Freire: Re-Leitura para uma Teoria da Informática na Educação*. São Paulo : ECA/USP, (ca 2000). Disponível em: http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil_margari.html. Acesso realizada em 08.03.05.
- LACERDA, J. (2004) *Comunidades online: os espaços de telecentros como configuração midiática e uma comunicação para a participação*. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP 12 - Comunicação para a Cidadania. IV Encontro dos NPs da Intercom, PUC-RS, Porto Alegre, 2004.
- MERCADO, L. P. L. (2000) "Novas tecnologias na educação: novos cenários de aprendizagem e formação de professores". In: *Reflexões sobre conhecimento e educação*, organizado por Maria Antonieta Oliveira. Maceió, EDUFAL, 2000. p.69-124. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/projetos/internet/cenarios.htm>. Acesso em 27.06.2004.
- MÉRCADE, L. P. L. (2002) *A Internet como ambiente auxiliar do professor no processo ensino-aprendizagem*. 2002. Disponível em: <http://www.virtualeduca.org/virtualeduca/virtual/actas2002/actas02/211.pdf>. Acesso em 27.06.2004.
- MORIN, E. (1973) "A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão". In: MOLES, Abraham A. et al. *Linguagem da cultura de massas - televisão e canção*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- PRADO, E. e HAUSSEN, D. F. (2003) "Comunicação e globalização na União Européia". *Rev. Bras. de Ciênc. da Com.*, São Paulo, Vol. XVII, nº 2, jul./dez. 2003.
- SOARES, I. de O. (ca.2000) *Comunicação / Educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. São Paulo, ECA/USP, (ca.2000). Disponível em: http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil_ismar.html. Acesso em 08.03.05.

Data do Recebimento: 20/09/2005
Data do aceite: 14/10/2005